

Pesquisa em Desenvolvimento Rural

Aportes Teóricos e Proposições Metodológicas

VOLUME 1

Marcelo Antonio Conterato
Guilherme Francisco Waterloo Radomsky
Sergio Schneider

ORGANIZADORES

Pesquisa em Desenvolvimento Rural



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor e Pró-Reitor
de Coordenação Acadêmica

Rui Vicente Oppermann

EDITORA DA UFRGS

Diretor (interino)

Rui Vicente Oppermann

Pesquisa em Desenvolvimento Rural

Aportes Teóricos e Proposições Metodológicas

VOLUME 1

**Marcelo Antonio Conterato
Guilherme Francisco Waterloo Radomsky
Sergio Schneider**

ORGANIZADORES

© dos autores
1ª edição: 2014

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto
Revisão: Carlos Batanoli Hallberg
Editoração eletrônica: Fernando Piccinini Schmitt

P438 Pesquisa em desenvolvimento rural: aportes teóricos e proposições metodológicas – volume 1 / Organizadores Marcelo Antonio Conterato, Guilherme Francisco Waterloo Radomsky [e] Sergio Schneider. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

320p. : il. ; 16x23cm

(Série Estudos Rurais)

Inclui figuras, quadros e tabelas.

Inclui referências.

1. Agricultura. 2. Desenvolvimento rural – Metodologia da pesquisa. 3. Epistemologia – Pesquisa científica. 4. Estudos rurais – Metodologia da pesquisa. 5. Políticas públicas – Avaliação – Impacto. 6. Etnodesenvolvimento. I. Conterato, Marcelo Antonio. II. Radomsky, Guilherme Francisco Waterloo. III. Schneider, Sergio. IV. Série

CDU 631.1:316.324.5:001.891

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0245-3

O autoconsumo nos estabelecimentos rurais brasileiros: importância e distintas propostas de mensuração

Catia Grisa
Sergio Schneider
Marcelo Antonio Conterato

Introdução

Os estudos sobre produção para autoconsumo ganharam um novo impulso na primeira década do século XXI. Diferentemente da interpretação predominante outrora entre certos estudiosos do mundo rural e gestores públicos de que esta prática simbolizava o atraso ou um resquício do passado que não tardaria a desaparecer, observa-se recentemente uma ressignificação do autoconsumo como tradição recontextualizada que, ao associar-se ao mundo rural contemporâneo, assume novos papéis e significados relacionados à identidade, saberes culturais, sociabilidade, segurança alimentar e nutricional, e redução da pobreza rural. Renovam-se, assim, as análises e interpretações sobre a produção para autoconsumo na agricultura familiar.

Autores clássicos das ciências sociais já aportaram elementos para compreender o “lugar” desta prática na reprodução social do campesinato. Chayanov (1974) interpretou que os camponeses perseguiram a provisão da

subsistência e se organizavam segundo um balanço entre a penosidade do trabalho e as necessidades de consumo do grupo familiar. O trabalho do camponês e de sua família seria realizado até atender as suas necessidades e, a partir deste ponto, deixaria de ser efetivado pois continuá-lo significaria expor a família a um grau de exploração da força de trabalho que não lhe geraria acréscimos ou atenderia necessidades culturalmente definidas como marginais. Por sua vez, Wolf (1976) observou que a organização familiar camponesa perseguia o atendimento de um mínimo calórico exigido pela família e a provisão de diversos fundos necessários ao cultivo agrícola seguinte, à aquisição de instrumentos de trabalho, à reprodução de relações sociais e para a transferência de excedentes para os grupos dominadores. A produção para o consumo da família ganhou, assim, centralidade na obra destes autores.

No Brasil, Garcia Junior (1983 e 1989), por exemplo, discutiu o funcionamento e a lógica que rege a decisão da família na escolha entre a produção para subsistência e a produção comercial. Heredia (1979) analisou os produtos destinados à subsistência, os cultivos escolhidos e suas representações. Ambos os autores evidenciaram que os camponeses preferem os cultivos com a marca da “alternatividade”, que diz respeito à característica de atender tanto ao consumo da família, quanto à necessidade de transformá-los em valores de troca, dependendo do preço, da perecibilidade e da demanda da família. Analogamente, Candido (2001) analisou os meios de vida dos caipiras de Rio Bonito e enfatizou, entre outros aspectos, a economia de subsistência, a conformação de um mínimo vital dado pelas necessidades físicas e culturais, os modos de obtenção dos alimentos, as alterações que foram ocorrendo na alimentação do caipira, os mitos e representações em torno desta, a sociabilidade e a reciprocidade envolvida nas trocas de alimentos. Em todos estes trabalhos e em pesquisas mais recentes, a produção destinada ao consumo da família aparece como central na reprodução social dos camponeses e, portanto, objeto de análise da sociologia rural e dos estudos sobre desenvolvimento rural.¹ Do nordeste e norte ao sul do Brasil, vários autores ressaltaram a importância social e econômica da produção para o autoconsumo na agricultura familiar (Teixeira e Silva, 2008; Menasche, 2007; Grisa, 2007; Leite, 2004; Gazolla, 2004; Maluf, 2003; Norder, 1998).

Acompanhando esta retomada do tema nos estudos rurais, observa-se igualmente a valorização da produção para o autoconsumo no âmbito governamental. Vários programas e políticas dos governos federal e estaduais

¹ Isto não significa, contudo, o isolamento do mercado e a autossuficiência alimentar decorrente da produção para autoconsumo, conforme indicou Woortmann (1978, p. 5).

passaram a reconhecer a produção para o autoconsumo como um elemento que contribui na promoção da segurança alimentar e nutricional, na redução da pobreza e na inclusão socioproductiva no meio rural. O “Plano Brasil Sem Miséria”, executado em âmbito nacional, e seu congênere no Rio Grande do Sul, o “Programa RS Mais Igual”, são exemplos neste sentido. Em ambos há ações que buscam estimular a produção para o autoconsumo aliada a um conjunto de políticas que visam enfrentar a pobreza extrema por meio de melhorias nas condições socioeconômicas das famílias rurais no Brasil.

Visando contribuir neste contexto e estimular mais estudos sobre a temática, este capítulo discute alguns aspectos metodológicos que devem ser considerados na mensuração da produção para o autoconsumo. A partir da análise de estudos que tomaram para si este desafio, são elencados alguns elementos que permeiam a definição de autoconsumo, as diferentes formas de levantar e quantificar esta produção a campo e como atribuir valor monetário a mesma. Em um segundo momento discute-se a importância da produção para o autoconsumo no Brasil a partir de um exercício pioneiro de compilação dos dados do Censo Agropecuário de 2006. Nesta seção também é apresentada a metodologia que orientou os autores deste trabalho e a equipe do IBGE na seleção de informações do último Censo Agropecuário para a elaboração deste exercício. Por fim são realizadas algumas considerações sobre o trabalho aqui discutido.

Elementos para aferir a produção para o autoconsumo

Uma das primeiras dificuldades ao estudar a produção para o autoconsumo situa-se em como mensurar esta estratégia de reprodução social. O que considerar como produção para o autoconsumo? Qual o melhor método de coleta e quantificação dos dados? Que valor atribuir ao autoconsumo? Para contribuir neste debate, com base em uma análise de distintas metodologias para calcular o autoconsumo, esta seção elenca alguns elementos que devem ser considerados nos estudos e pesquisas sobre a produção para o autoconsumo.

Um elemento inicial que deve ser considerado diz respeito à definição de produção para autoconsumo. Para alguns autores, o autoconsumo refere-se a toda a produção realizada em um estabelecimento e destinada ao consumo da família, dos animais do estabelecimento e outros usos da atividade produtiva (Leite, 2004; Maluf, 2003). Para outros, a produção para o autoconsumo diz respeito a toda a produção realizada pela família e destinada unicamente ao seu próprio consumo, incluindo itens alimentares e não alimentares (instrumentos

domésticos, artesanato, lenha, materiais para construção, etc.) (Chimello, 2010; Barbosa, 2003; Garcia Filho, 1999). Outros estudiosos consideram autoconsumo apenas a produção alimentar realizada pela família e destinada ao seu próprio consumo (Duval, 2009; Zanetti e Menasche, 2007; Wagner, Marques e Menasche, 2007; Grisa, 2007; Dombek, 2006; Gazolla, 2004; Santos e Ferrante, 2003; Norder, 1998). Ter compreensão destas definições é fundamental, pois a partir delas definem-se os recursos metodológicos que devem ser utilizados a campo para mensurar e analisar a produção para autoconsumo.²

Um segundo elemento importante ao analisar a produção para autoconsumo concerne à escolha do método de levantamento dos dados. Garcia Filho (1999) indica proceder à identificação da produção obtida (inclusive os subprodutos) e o destino da mesma: comercialização, autoconsumo, consumo improdutivo, semente para a próxima safra, etc., sendo que a parte autoconsumida constituirá o produto bruto de autoconsumo. Baseando-se nesta metodologia, Santos e Ferrante (2003) realizaram um levantamento da quantidade autoconsumida durante uma semana em cada mês, pelo período de doze meses consecutivos. Estes dados foram recolhidos ao fim de cada semana pelo técnico de campo, que identificava falhas ou erros de medidas, submetendo-os a correções. O grau de detalhamento, a periodicidade da coleta e o acompanhamento dos dados tornam o resultado deste método muito próximo aos dados reais.

Leite (2004) também utilizou levantamento sistemático da produção para o autoconsumo. Conforme o autor, a equipe de pesquisadores realizou levantamentos mensais durante um ano sobre os orçamentos domésticos e as produções agrícola, pecuária, extrativista e agroindustrializada obtidas e seus destinos, sendo que a estes produtos foi atribuído o preço de venda. Do Valor Bruto de Produção foram diminuídas as doações, a produção armazenada e a produção vendida, sendo a resultante a produção para o autoconsumo. O levantamento periódico desta metodologia possibilita a obtenção de informações igualmente mais próximas da importância econômica real do autoconsumo. Todavia, esta metodologia demanda a descrição de todos os sistemas produ-

² Neste trabalho conceitual é imprescindível considerar, como observa Lovisolo (1989), que não são as características ou as quantidades que definem o autoconsumo. É equívoco caracterizar esta produção como residual ou associar a quantidades pequenas e produtos incompatíveis aos padrões de qualidade dos mercados. O que define é a lógica que orientou a produção. Assim, “[...] o produto vendido não é nem um resíduo nem um excedente da produção de autoconsumo, da mesma forma que este último não é uma subtração ao produto comercial” (Lovisolo, 1989, p. 143). O que a caracteriza é o seu valor de uso para os membros da família (Grisa e Schneider, 2008).

tivos do estabelecimento, seus destinos e valoração, o que implica em maior detalhamento e tempo para a pesquisa.

No projeto de pesquisa “Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade: a emergência de uma nova ruralidade no Rio Grande do Sul” (Pesquisa AFDPL – UFRGS/UFPeI/CNPq, 2003), coordenado pelos professores Sergio Schneider e Flávio Sacco dos Anjos, os alimentos autoconsumidos também foram discriminados, porém o levantamento ocorreu por meio de um questionário que indagava o consumo anual, sem acompanhamento periódico. No levantamento dos alimentos da horta e do pomar foi solicitado aos entrevistados que estimassem o consumo em valores monetários, tendo em vista a grande diversidade destes alimentos e a dificuldade de contabilizar as quantidades consumidas em um ano agrícola (por exemplo, quantos pés de alface, laranjas, tempero verde, etc.). Embora este método apresente possíveis imprecisões em razão do levantamento demandar o consumo anual, a sua escolha foi orientada pelo tempo disponível para a pesquisa e pela praticidade e simplicidade que oferece *vis-à-vis* o levantamento periódico.

No projeto de pesquisa “Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras”, cujos resultados estão compilados em Maluf (2003), os autores adotaram o critério da estimação do valor que os agricultores familiares despenderiam para adquirir os alimentos do autoconsumo no mercado, complementando com a descrição dos principais bens produzidos. Este procedimento possui a vantagem da praticidade e da rapidez, porém, como lembram os autores, as unidades familiares geralmente não têm o hábito de contabilizar sua produção, principalmente quando se trata da produção para autoconsumo, o que dificulta uma aproximação maior da realidade, contribuindo para a subestimação desta produção.

Por fim, cita-se a metodologia utilizada por Norder (1998) que mensurou o autoconsumo a partir de informações da porcentagem de nutrientes autoconsumidos e comprados. No levantamento realizado pelo autor foram evidenciados nove nutrientes produzidos e consumidos pela própria família, em proporções oscilantes entre eles. Dentre estes, o autor optou pela comparação do percentual de autoconsumo de calorias. Dispondo da porcentagem de calorias autoconsumidas e do valor em reais utilizado para obter no mercado o percentual de nutrientes comprados (complementar a 100%), chegou-se a um valor monetário atribuído ao autoconsumo. Por exemplo, se uma família autoconsumiu um percentual de 49,11% e comprou 50,89%, correspondente a 0,37 salários mínimos *per capita*, o valor monetário do autoconsumo é de 0,36 salários mínimos *per capita*. Segundo esta metodologia, o valor do

autoconsumo irá oscilar de acordo com o gasto da alimentação comprada e do percentual de consumo calórico que estes alimentos representam (Norder, 1998). O valor do autoconsumo resulta de uma estimação com base no valor das calorias compradas, por conseguinte, é necessário o conhecimento destas também. Esta metodologia pode ser questionada a respeito da consideração apenas da porcentagem de calorias e se o valor do autoconsumo, ao ser calculado com base no custo das calorias compradas, corresponde ao seu valor real.

Outro elemento importante no estudo da produção para o autoconsumo – e, geralmente, o mais controverso – diz respeito ao valor atribuído a estes alimentos. A metodologia mais assídua é aquela derivada de Garcia Jr. (1989), que considera os preços ao consumidor (preço de compra). Em sua obra *O sul: caminho do roçado*, o autor procura demonstrar a racionalidade que orienta a escolha dos cultivos entre os camponeses. O autor observa que elementos como a flutuação dos preços, a existência de condições técnicas de produção, e o consumo e a disponibilidade de força de trabalho da família interferem na decisão das unidades familiares de produzir para o “gasto da casa” ou produzir lavouras comerciais. Se os preços são de tal ordem que produzindo lavouras comerciais, com o mesmo trabalho que seria despendido na lavoura de subsistência, os camponeses podem fazer frente às demandas alimentares da família, a opção é pela produção de lavouras comerciais e não pela produção de subsistência. Se a renda monetária oriunda da lavoura comercial não permite atender ao consumo socialmente necessário, o camponês opta pela produção de subsistência que garante a alimentação da família. Segundo o autor, é somente com base neste cálculo racional (considerando os preços de aquisição de alimentos nos mercados) que as unidades familiares conseguem calcular se a produção comercial é compensadora ou se continuam produzindo para a subsistência. Seguindo este raciocínio, Garcia Filho (1999, p. 52) e demais autores afirmam que “É, portanto, pelo preço de compra desses bens que se deve valorizar o autoconsumo” (Piccin, 2012; Santos e Ferrante, 2003; Maluf, 2003; Garcia Filho, 1999).

Outros autores preferem atribuir o preço ao produtor (preço de venda), como procedido na pesquisa AFDPL – UFRGS/UFPel/CNPq (2003) e nos trabalhos de Grisa (2007), Gazolla (2004), Anjos et al. (2004), Leite (2004) e Barbosa (2003). Alguns autores justificam este procedimento em decorrência da grande variação de preços ao consumidor entre mercados, disparidade que se potencializa em se tratando de universos sociais distintos e distantes geograficamente, como era o caso dos quatro primeiros estudos. Ademais, algumas pesquisas visam calcular a renda total das famílias rurais e os autores ponderam que, se atribuído o preço de compra, poder-se-ia superdimensionar a produção do autoconsumo sobre esta.

Conceituação, métodos de coleta, quantificação das informações e atribuição de valor monetário à produção para o autoconsumo são elementos fundamentais que devem ser considerados em qualquer estudo e análise que se propõe a mensurar esta estratégia de reprodução social. Os objetivos, a amplitude, o tempo e os recursos que cada pesquisa dispõe provavelmente sinalizarão qual a metodologia mais adequada para cada caso. Isto dito, não exige, contudo, os pesquisadores e estudiosos do meio rural dos desafios de aperfeiçoar estas metodologias aproximando-as cada vez mais da realidade da agricultura familiar.

Por fim, é relevante enfatizar, como já advertia Chayanov (1981), que as unidades econômicas camponesas e familiares não podem ser analisadas e tratadas a partir dos conceitos e princípios utilizados para medir a eficiência de uma empresa capitalista, considerando que aquelas organizam seu trabalho e sua produção não com a finalidade de obter lucro, mas, sobretudo, de atender o bem-estar de sua família e viabilizar a reprodução social na sociedade em que se encontram imersas. Não raro, é possível encontrar no meio rural uma família que produz frango caipira para o seu consumo a um custo superior ao frango que poderia ser adquirido nos supermercados, ou uma família que prefere produzir pães, bolos e biscoitos, dependendo uma quantidade de tempo importante de sua jornada de trabalho, ao invés da praticidade da aquisição nos mercados locais. Um conjunto de valores orienta estas escolhas. A dimensão econômica é apenas uma das razões que justificam a realização desta prática, a qual envolve igualmente dimensões culturais, identitárias, de sociabilidade, reciprocidade e segurança alimentar e nutricional, perceptíveis fundamentalmente por pesquisa qualitativa e etnográfica.

O autoconsumo no Brasil: uma leitura a partir do Censo Agropecuário de 2006

Esta seção discute a importância da produção para o autoconsumo no Brasil por meio dos dados do Censo Agropecuário de 2006, um exercício inovador no âmbito dos estudos rurais brasileiros sobre o tema, os quais até o momento concentraram-se fundamentalmente em estudos de caso. Considera-se como autoconsumo neste trabalho toda a produção (alimentar e não alimentar) realizada pela família e destinada ao seu próprio consumo. Com base nesta definição, procurou-se mensurar esta produção a partir das informações que o IBGE dispunha no Censo Agropecuário daquele ano.

Quando o recenseador visita os estabelecimentos rurais, ele solicita ao entrevistado o principal destino da produção não vendida, sendo que esta pode ter sido direcionada ao consumo da família, ao consumo dos animais, para estoque, transformação ou beneficiamento, semente para o plantio, e sem consumo ou estocagem no estabelecimento. O IBGE consegue delimitar os estabelecimentos rurais que tiveram como principal destino da produção não vendida o consumo da família. O Censo Agropecuário não valora (R\$) os produtos de cada destino da produção não vendida, contudo dimensiona o valor da produção total e da produção vendida.

Com estes elementos e dentro das possibilidades metodológicas, o autoconsumo foi calculado a partir da seguinte equação: para todos os estabelecimentos que tiveram como principal destino da produção não vendida o consumo da família, considerou-se produção para o autoconsumo a resultante da diminuição entre o valor da produção total e o valor da produção vendida. Este procedimento foi utilizado para todos os produtos oriundos da horticultura, silvicultura, floricultura, extração vegetal, lavoura permanente, lavoura temporária e agroindústria. No caso dos produtos de origem animal, a mensuração do autoconsumo ocorreu a partir do valor do conjunto dos animais abatidos no estabelecimento valorados pelo entrevistado e do resultado da equação “produção total-produção vendida” para produtos como mel, ovos, peixes e cera de abelha. É mister destacar que, visando não sobre-estimar o autoconsumo, os derivados de carne não foram considerados na agroindústria, pois estes já estão contemplados ao considerar os animais abatidos no estabelecimento no consumo de produtos de origem animal.

Por um lado, essa metodologia corre o risco de superestimar o autoconsumo, já que os estabelecimentos que tiveram como principal destino da produção não vendida o consumo da família também podem ter estocado seus produtos ou destinado ao consumo dos animais e, de acordo com esta fórmula, toda esta produção é considerada autoconsumo. Por outro lado, essa metodologia também subestima o autoconsumo pelo fato de não contabilizar este nos estabelecimentos que tiveram como principal destino da produção não vendida o estoque ou o consumo dos animais, por exemplo.

Malgrado estas limitações, a equação construída com a ajuda dos técnicos do IBGE, responsáveis para analisar os dados do Censo Agropecuário de 2006, possibilita uma primeira estimativa nacional da produção para o autoconsumo nos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Ademais, esta iniciativa sinaliza para o reconhecimento da produção para o autoconsumo nas estatísticas oficiais e contribui para maior visibilidade desta importante estratégia de reprodução social no meio rural.

Com base nesta metodologia, o Censo Agropecuário de 2006 indicou que, dos 5.175.636 de estabelecimentos agropecuários existentes no Brasil, 72,72% produzem para o autoconsumo, demonstrando a recorrência e a atualidade desta prática. Os dados sinalizam ainda que, em 18% dos estabelecimentos rurais, o autoconsumo responde por mais de 90% da produção total (Tabela 1). Se considerarmos a participação do autoconsumo em 50% da produção total, são mais de 30% dos estabelecimentos nesta condição, demonstrando claramente a relevância do autoconsumo na produção total. Estes dados expressam a importância do autoconsumo, mas não significam que estes estabelecimentos dependam unicamente desta atividade. As estratégias de reprodução social dos estabelecimentos rurais extrapolam o âmbito da produção agrícola, envolvendo igualmente a realização de atividades não agrícolas e um conjunto de renda cada vez mais diversificado (previdência social, transferências sociais, etc.).

TABELA 1

Número, porcentagens de estabelecimentos e valores (R\$) médios de autoconsumo segundo a proporção do valor desta prática na produção total

% do autoconsumo	nº de estabelecimentos	% dos estabelecimentos totais	Valor médio do autoconsumo/ estabelecimentos
PERC > 90	924.759	17,87	5.379,46
80 < PERC <= 90	158.905	3,07	5.670,51
70 < PERC <= 80	173.585	3,35	4.148,36
60 < PERC <= 70	182.231	3,52	4.086,90
50 < PERC <= 60	197.562	3,82	4.156,36
40 < PERC <= 50	232.394	4,49	4.118,12
30 < PERC <= 40	255.112	4,93	3.246,61
20 < PERC <= 30	305.414	5,90	2.779,84
10 < PERC <= 20	439.751	8,50	2.177,02
0 < PERC <= 10	890.939	17,21	1.131,47
0 = PERC	1.414.984	27,34	–

Fonte: Censo Agropecuário de 2006 (“tabulação especial” realizada pelo IBGE/MDA).

Elaboração: Projeto IPEA/PGDR 2010/2011.

A Tabela 2 apresenta o valor médio (R\$) do autoconsumo segundo estratos de área para o Brasil. Observa-se que o valor médio desta produção tende

a elevar-se à medida que aumenta a área dos estabelecimentos: produtores sem área produzem valor anual médio por estabelecimento de R\$ 1.278,24; estabelecimentos com área menor que cinco hectares apresentam autoconsumo médio anual de R\$ 1.559,92; por sua vez, estabelecimentos com área situada entre 100 e 200 hectares apresentam autoconsumo de R\$ 6.270,84. Ainda segundo a Tabela 2, 36% dos estabelecimentos brasileiros que produzem para autoconsumo dispõem de no máximo cinco hectares; 48% possuem de até 10 hectares; e quase 80% vivem em estabelecimentos com até 50 hectares. Mesmo que a produção para autoconsumo possa ser realizada em pequenos espaços, estima-se que a área disponível pode ser um fator limitante ao desenvolvimento da atividade, seja pelo tamanho, seja pelo fato de que geralmente estas áreas encontram-se degradadas ou com baixa fertilidade devido ao seu uso intensivo (Gadelha e Maluf, 2008). Ademais, dispendo de áreas menores, as unidades familiares podem optar por produzir cultivos comerciais (mais rentáveis monetariamente), intensificando os fatores de produção terra e trabalho (Grisa, 2007). Estes dados instigam a realização de estudos qualitativos para evidenciar em quais circunstâncias ocorre esta produção para autoconsumo.

TABELA 2
**Valor médio da produção para o autoconsumo (R\$) nos estabelecimentos
brasileiros com esta prática, segundo estratos de área**

Estratos de área	nº de estabelecimentos	% dos estabelecimentos totais c/ autoconsumo	valor (R\$) total autoconsumo total	valor médio (R\$) autoconsumo/ estabelecimento
> que 0 a menos 5	1.365.980	36,29	2.130.814.427,00	1.559,92
de 5 a menos 10	448.88	11,92	1.170.313.350,24	2.608,88
de 10 a menos 20	538.334	14,30	1.664.413.073,89	3.091,79
de 20 a menos 50	614.807	16,34	2.495.935.615,08	4.059,71
de 50 a menos 100	275.580	7,32	1.430.848.314,16	5.192,13
de 100 a menos 200	151.360	4,02	949.153.597,36	6.270,84
de 200 a menos 500	100.864	2,68	896.738.663,67	8.890,57
> que 500	66.269	1,76	1.770.018.653,00	26.709,60
produtor sem área	201.773	5,36	257.913.933,12	1.278,24
Total	3.763.555	100	12.766.149.627,52	3.392,05

Fonte: Censo Agropecuário de 2006 (“tabulação especial” realizada pelo IBGE/MDA).
Elaboração: Projeto IPEA/PGDR 2010/2011.

A Tabela 3 apresenta a relação entre autoconsumo e produção total dos estabelecimentos. Conforme os dados, na medida em que aumentam os estratos da produção total, os valores médios do autoconsumo por estabelecimento também se elevam. Enquanto os estabelecimentos com produção total situada entre R\$ 0,00 e R\$ 2.500,00 produzem um valor médio anual de autoconsumo de R\$ 491,02, os estabelecimentos com produção total entre R\$ 2.500,00 e R\$ 10.000,00 produzem um valor médio de R\$ 1.621,31, e assim sucessivamente. Estes resultados se somam às indicações realizadas acima relativas à área e vão ao encontro de estudos que evidenciam valores superiores desta produção nas unidades mais capitalizadas, confirmando que o autoconsumo não se restringe a propriedades empobrecidas ou decadentes, sendo praticado e recorrente também entre agricultores com maior valor total da produção (Grisa, 2007; Norder, 2004; Santos e Ferrante, 2003; Guevara, 2002; Garcia Jr., 1994). A produção para autoconsumo não interfere ou concorre com os cultivos comerciais, complementando as estratégias de reprodução social das famílias rurais.

TABELA 3
Número de estabelecimentos e valor médio do autoconsumo (R\$)
nos estabelecimentos brasileiros, segundo estratos de valor (R\$) da produção total

Estratos de valor (R\$) da produção total	Nº de estabelecimentos	Valor total (R\$) autoconsumo	Valor médio (R\$) do autoconsumo/ estabelecimento
maior que 0 e menor que 2.500	1.970.157	967.380.869,04	491,02
de 2.500 a menor que 10.000	872.739	1.414.980.474,39	1.621,31
de 10.000 a menor que 25.000	446.830	1.499.447.428,77	3.355,74
de 25.000 a menor que 50.000	225.295	1.406.085.447,26	6.241,09
de 50.000 a menor que 100.000	121.618	1.431.800.238,73	11.772,93
de 100.000 a menor que 500.000	103.234	2.617.159.580,77	25.351,72
de 500.000 e mais	20.779	3.424.605.169,50	164.810,87
sem valor de produção	2.903	4.690.419,00	1.615,71

Fonte: Censo Agropecuário de 2006 (“tabulação especial” realizada pelo IBGE/MDA).
Elaboração: Projeto IPEA/PGDR 2010/2011.

Se os dados das tabelas anteriores sinalizam que a produção para autoconsumo apresenta valores médios anuais mais elevados nos estabelecimentos “mais estruturados”, é importante ressaltar que é nos estabelecimentos menores que esta atividade assume um impacto mais relevante sobre o valor da produção total e se torna, portanto, uma importante estratégia de reprodução social

(Tabela 4). A produção para autoconsumo responde por 24,81% do valor da produção total nos estabelecimentos sem área e representa 18,63% do valor da produção total nos estabelecimentos com área menor que cinco hectares. Esta proporção que vai sendo reduzida à medida que aumentam os estratos de área, a exemplo do estrato de 200 a 500 hectares em que a importância do autoconsumo reduz-se para 4,75%.

A Tabela 4 indica ainda que, em termos gerais, o autoconsumo responde por 7,78% da produção total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros que realizaram esta prática. Isto significa que quase 8% de tudo que é produzido nos estabelecimentos permanece para o consumo da própria família. Ainda que os dados não permitam identificar quanto o autoconsumo representa na alimentação total da família, este número corrobora com as discussões apontadas na introdução referente à importância social e econômica do autoconsumo e sua interface com a segurança alimentar.

TABELA 4
Importância do autoconsumo (%) no valor da produção total (VPT)
nos estabelecimentos em que o mesmo foi identificado, segundo estratos de área

Estratos de área (ha)	Nº de estab.	% Estab.	Valor da produção total (VPT) (R\$)	Valor do Autocon. (VA) (R\$)	VA/VPT (%)
Maior 0 a menos de 5	1.365.980	36,29	11.434.902.834,61	2.130.814.427,00	18,63
de 5 a menos de 10	448.588	11,92	9.309.299.497,16	1.170.313.350,24	12,57
de 10 a menos de 20	538.334	14,30	14.161.420.025,87	1.664.413.073,89	11,75
de 20 a menos de 50	614.807	16,34	22.137.155.680,18	2.495.935.615,08	11,27
de 50 a menos de 100	275.580	7,32	14.033.284.671,76	1.430.848.314,16	10,20
de 100 a menos de 200	151.360	4,02	13.399.937.130,61	949.153.597,36	7,08
de 200 a menos de 500	100.864	2,68	18.886.547.289,72	896.738.663,67	4,75
mais de 500	66.269	1,76	59.584.359.814,02	1.770.018.653,00	2,97
produtor sem área	201.773	5,36	1.039.387.485,42	257.913.933,12	24,81
Total	3.763.555	100,00	163.986.294.429,35	12.766.149.627,52	7,78

Fonte: Censo Agropecuário 2006 ("tabulação especial" realizada pelo IBGE/MDA).

Elaboração: Projeto IPEA/PGDR 2010/2011.

Este trabalho também abordou a importância do autoconsumo entre os estados brasileiros e o Distrito Federal. Observou-se que a grande maioria dos estabelecimentos rurais apresenta produção para autoconsumo, a exemplo dos estados de Piauí e Ceará onde esta prática se faz presente, respectivamente, em 89,72% e 90,15% dos estabelecimentos rurais – as porcentagens mais elevadas

do país. Chama a atenção os casos do Rio de Janeiro e São Paulo, tendo em vista que ambos apresentaram as menores proporções do país: o autoconsumo está presente em 34,92% e 39,54% dos estabelecimentos rurais respectivamente. As razões para estas diferenças demandam estudos específicos, extrapolando as informações disponíveis neste trabalho.

Os menores valores anuais médios do autoconsumo encontram-se no nordeste brasileiro. Sergipe e Pernambuco, por exemplo, apresentam valores anuais na ordem de R\$ 1.453,37 e R\$ 1.449,32, respectivamente. Os maiores valores médios encontram-se em São Paulo e Santa Catarina, R\$ 9.680,03 e R\$ 7.016,19 sucessivamente. Estes dados reforçam a discussão anterior sobre a relação entre produção para autoconsumo e condição socioeconômica dos estabelecimentos rurais. Com efeito, 53% das pessoas com domicílio rural classificadas como pobres e 70% do total de pessoas extremamente pobres no Brasil situam-se no nordeste (Mattei e Maluf, 2011), região que apresenta os menores valores médios de produção para autoconsumo.

Se, por um lado, o nordeste reúne os menores valores médios de autoconsumo, por outro, é nesta região e no norte que o autoconsumo assume maior importância no conjunto da produção agropecuária. No Acre e no Piauí, o autoconsumo responde por 32,43% e 30,66%, respectivamente, do valor da produção total, os valores mais elevados do país. Visualiza-se, portanto, a relevância do autoconsumo na reprodução social dos estabelecimentos rurais em situação de maior vulnerabilidade social. Onde esta prática assume maior relevo é justamente onde ela tem mais dificuldades de ser estimulada e expandida. Por sua vez, a região centro-oeste concentra os valores mais baixos do país. No Distrito Federal e no Mato Grosso, o autoconsumo responde, respectivamente, por 2,30% e 2,77% do valor da produção total. Deve-se considerar que o centro-oeste apresenta os maiores valores de produção total por estabelecimento do Brasil, o que dilui a importância relativa do autoconsumo. Contudo, conforme já aludido, estudos específicos poderão esclarecer melhor as razões destas diferenças.

Considerações finais

Os dados apresentados demonstram que a produção para autoconsumo não é um estorvo ou um traço tradicional a ser removido dos estabelecimentos agropecuários do Brasil. Trata-se de uma tradição recontextualizada que pode garantir a segurança alimentar, promover o acesso a produtos alimentares saudáveis e frescos, e contribuir na estabilidade econômica das unidades

produtivas, sejam elas pequenas unidades produtivas e mais vulneráveis, com poucas chances de aumentar suas escalas, sejam aquelas que participam ativamente e em grandes proporções do mercado, mas não abandonaram a “produção pro gasto” que lhes dá autonomia, qualidade alimentar e identidade social ao alcance da mão. Trata-se, portanto, de uma prática que deve ser considerada e incluída nas políticas de desenvolvimento rural e nas políticas de enfrentamento da pobreza rural que ganham proeminência no período recente. Deve-se considerar os elementos que condicionam e interferem no desempenho desta prática, e estimular a produção para o autoconsumo conjuntamente com o espectro mais amplo de estratégias de reprodução social das famílias rurais brasileiras.

Mais que discutir a relevância econômica da produção para autoconsumo, este capítulo elencou alguns aspectos metodológicos fundamentais para o estudo e mensuração desta prática. Inserido em um esforço maior de apresentar subsídios metodológicos para os estudos sobre o desenvolvimento rural, este capítulo discutiu elementos relacionados à definição de autoconsumo, métodos de coleta dos dados e monetarização desta estratégia de reprodução social. Almeja-se que este trabalho contribua e estimule a realização de novos estudos e pesquisas sobre o autoconsumo e possibilite um aprofundamento metodológico sobre a análise do mesmo.

Referências

- ANJOS, F. S. *et al.* Abrindo a caixa-verde: estudo sobre a importância do autoconsumo na agricultura familiar gaúcha. 42º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. *Anais...* Cuiabá: SOBER, 2004.
- BARBOSA, D. B. A. *Avaliação da renda de autoconsumo como fator de subestimação da renda domiciliar: um estudo de caso.* Dissertação de Mestrado. Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária. Brasília: UnB, 2003.
- CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito: um estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.* 9.ed. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2001.
- CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina.* Buenos Aires, Nueva Visión, 1974.
- CHIMELLO, R. Fatores determinantes da produção para autoconsumo na agricultura familiar. *Unoesc & Ciência*, v. 1, n. 2, p. 163-174, 2010.
- DOMBEK, L. A. *Autoconsumo e segurança alimentar em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema.* Dissertação de Mestrado. Faculdade de Engenharia Agrícola. Campinas: UNICAMP, 2006.

- DUVAL, H. C. *Da terra ao prato: um estudo das práticas de autoconsumo em um assentamento rural*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural. Araras: UFSCAR, 2009.
- GADELHA, E.; MALUF, R. S. A contribuição da produção para autoconsumo no acesso aos alimentos. *Democracia Viva*, Rio de Janeiro, n. 39, p. 40-43, jun. 2008.
- GARCIA FILHO, D. P. *Guia metodológico: diagnóstico de sistemas agrários*. Brasília: INCRA/FAO, 1999.
- GARCIA JUNIOR, A. R. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. *O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora UnB/MCT-CNPQ, 1989.
- _____. Geração de rendas, sua distribuição e trajetórias diferenciais em assentamentos de reforma agrária no Brasil (1985-1989): comentários sobre o estudo da FAO. In: ROMEIRO, A. *et al. Reforma agrária: produção, emprego e renda – o relatório da FAO em debate*. Rio de Janeiro: Vozes; IBASE/FAO, 1994, p. 87-98.
- GAZOLLA, M. *Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE, Verena (orgs.). *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981
- GRISA, C. *A produção “pro gasto”: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Fatores determinantes da produção para autoconsumo na agricultura familiar: um estudo comparativo no Rio Grande do Sul. *Teoria & Pesquisa*, v. 17, n. 2, p. 47-74, 2008.
- GUEVARA, L. E. T. Autoconsumo y reciprocidad entre los campesinos andinos: caso Fômeque. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, Colômbia, n. 48, p. 79-98, 2002.
- HEREDIA, B. M. A. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LEITE, S. P. Autoconsumo y sustentabilidad en la agricultura familiar: una aproximación a la experiencia brasileña. In: BELIK, W. *Políticas de seguridad alimentaria y nutrición en América Latina*. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 123-181.
- LOVISOLO, H. R. *Terra, trabalho e capital: produção familiar e acumulação*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.
- MALUF, R. S. (Coord.). *Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras*. Relatório final de pesquisa. Rio de Janeiro, 2003.
- MATTEI, L.; MALUF, R. Pobreza rural: concepções, determinantes e agenda de políticas públicas para seu enfrentamento. *Fórum DRS: Boletim Eletrônico*, ano 5, edição 72, jan. 2011.

- MENASCHE, R. *A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- NORDER, L. A. C. A construção da segurança alimentar em assentamentos rurais: questões, contextos e métodos. *Cadernos de Debate*, São Paulo, v. 6, p. 40-58, 1998.
- _____. *Políticas de assentamento e localidade: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil*. Tese (Doutorado). Wageningen: Universidade de Wageningen, 2004.
- PICCIN, M. B. Assentamentos rurais e geração de renda: posição social restringida, recursos socioculturais e mercados. *Economia e Sociedade*, v. 21, n. 1 (44), p. 115-141, abr. 2012.
- SANTOS, I. P.; FERRANTE, V. L. S. B. *Da terra nua ao prato cheio: produção para o consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo*. Araraquara: Fundação ITESP/UNIARA, 2003.
- TEIXEIRA, I. B. C.; SILVA, A. G. A realidade do padrão alimentar de famílias rurais no nordeste. In: SILVA, A. G. *Financiamento rural: dos objetivos às escolhas efetivas*. Porto Alegre: Sulina, 2008, p. 73-118.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural; UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Programa de Pós-Graduação em Agronomia. CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. *Agricultura familiar, desenvolvimento local e pluriatividade: a emergência de uma nova ruralidade no Rio Grande do Sul – AFDLP*. Projeto de Pesquisa. Porto Alegre/Pelotas, 2003.
- WAGNER, S. A.; MARQUES, F. C.; MENASCHE, R. Agricultura familiar à mesa. In: MENASCHE, R. (Org.). *A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 58-100.
- WOLF, E. *Sociedades camponesas*. 2. ed. Rio de Janeiro: [s/n], 1976.
- WOORTMANN, K. Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda: relatório final. *Série Antropologia*, Brasília, n. 20, 1978.
- ZANETTI, C.; MENASCHE, R. Segurança alimentar, substantivo feminino: mulheres agricultoras e autoconsumo. In: MENASCHE, R. (Org.). *A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 130-141.